



Governo deve descentralizar a reconstrução de Cabo Delgado e passar a gestão para o Governador da província



Em Setembro de 2021, o Governo aprovou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, com o objectivo de garantir as condições humanitárias, sociais e económicas com vista a assegurar o retorno seguro das populações deslocadas às suas zonas de origem. O extremismo violento em Cabo Delgado afecta cerca de um

milhão de pessoas, das quais perto de 800 mil estão deslocadas. Além de deslocamento forçado de centenas de milhares de pessoas, o extremismo violento deixou um rasto de destruição de infra-estruturas públicas e privadas nos distritos da Mocímboa da Praia, Palma, Muidumbe, Ibo, Quissanga, Nangade, Macomia, Meluco e Mueda.

5.1 Organigrama da Estrutura de Coordenação de Implementação do PRCD



Orçado em 300 milhões de dólares, o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado apresenta um conjunto de acções estratégicas de curto, médio e longo prazos, que deverão ser implementadas até 2024. O Governo garante que o Plano está em consonância com as normas e práticas internacionais sobre reconstrução pós-conflito, com destaque para a necessidade de assistência aos deslocados e seu retorno às zonas de origem

num ambiente de respeito pela dignidade humana e segurança.

O foco do Plano são as zonas recuperadas pelas forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC e que necessitam de investimento em infra-estruturas para o restabelecimento dos serviços básicos de saúde, educação, água e saneamento, vias de acesso, telecomunicações, energia, assim como administração pública



(secretarias distritais dos órgãos locais do Estado, esquadras, tribunais, procuradorias, conservatórias). O documento apresenta também um enfoque na retoma das actividades económicas que irão propiciar a renda e subsistência para o retorno definitivo da população deslocada às zonas de origem.

Na verdade, a literatura sobre a reconstrução pós-conflito indica que o processo inclui, designadamente: Restauração da segurança interna, incluindo a reintegração de populações deslocadas; Construção de capacidades administrativas e de governação; Construção de infra-estruturas como casas, escolas, mercados, hospitais, estradas e pontes; Restauração do abastecimento de água e electricidade; Reestruturação económica e criação de um ambiente propício à geração de novas fontes de renda e crescimento económico; Garantia do bem-estar social.

No lugar de descentralizar a gestão dos recursos e a implementação do Plano de Recon-

strução para as autoridades de Cabo Delgado, o Governo centralizou todo o processo de reconstrução, colocando o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural a controlar o processo através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS). O Conselho de Ministros coordena a implementação do Plano através dos mecanismos já existentes, sendo que cada sector assegura a implementação no terreno das acções do Plano na sua respectiva área.

Ainda a nível central, a coordenação e articulação com os parceiros (leia-se financiadores do Plano) será feita pelo Ministério da Economia e Finanças em relação a assuntos da área financeira, e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para os assuntos relacionados com a cooperação bilateral e multilateral. "O Ministério da Defesa Nacional, através do seu ponto focal, irá articular com os parceiros de cooperação bilaterais e multilaterais sobre aspectos de segurança para assistência humanitária e

reconstrução.

A nível provincial, a coordenação da implementação do Plano é assegurada através de um fórum dirigido pelo Secretário de Estado, em articulação com o Governador. Integram o fórum de coordenação da implementação do Plano os Directores provinciais e Directores dos Serviços de Representação de Estado relevantes para o processo de reconstrução e assistência humanitária; Presidente da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN); Delegado do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD); representante do Ministério da Defesa Nacional; representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; e os Administradores dos distritos afectados.

A indicação do Secretário de Estado na província para dirigir o Fórum de coordenação e implementação do Plano de Reconstrução faz parte da estratégia de centralizar a gestão do Plano e os recursos a serem injectados pelos doadores. A explicação é simples: o Secretário de Estado na província presta contas ao Presidente da República, figura que o nomeou e o empossou. Portanto, o Secretário de Estado na província é uma espécie de extensão do Governo central.

O Governador da província não desempenha nenhum papel relevante na implementação do Plano de Reconstrução. Ou seja, a figura eleita pela população de Cabo Delgado em 2019 não está a desempenhar nenhum papel relevante na reconstrução da província. A estratégia insere-se na lógica do Governo da Frelimo de simular uma

descentralização de poder, quando, na verdade, está a centralizar o poder de decisão e de gestão de fundos. Não é do interesse do Governo central que o Plano de Reconstrução seja implementado pelas autoridades locais de Cabo Delgado, pois elas aparecem apenas no segundo plano.

O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado visa atender a questões específicas da província que têm que ver com a reconstrução de infra-estruturas e do tecido socioeconómico profundamente afectado pelo extremismo violento. E esse trabalho deve ser feito por entidades que têm sensibilidade do ambiente que se vive em Cabo Delgado. Por isso, o CDD defende que a responsabilidade e liderança da implementação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado devem ser confiadas ao Governador da província.

A tendência do Governo de centralizar a execução de iniciativas e planos de governação, incluindo os respectivos recursos que deveriam ser alocados às províncias, é um dos factores que concorre para a conflitualidade em Moçambique. Ao manter centralizada a implementação do Plano de Reconstrução e a gestão dos respectivos fundos, o Governo pode estar a tentar resolver um problema criando ou perpetuando aqueles problemas que levaram Cabo Delgado à situação em que se encontra hoje. A descentralização de recursos financeiros para as províncias concorre para a criação de uma elite local, que passa a fornecer bens e serviços ao Estado e a criar oportunidades de emprego para jovens.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Prof. Domingos do Rosário
Coordenador-Adjunto do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beúla; Leonel Sapite (Nampula); Abdul Gafur Monteiro Tavares (Cabo Delgado); Evaristo Lucas (Niassa)
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique